



Manifesto ABcripto

A Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABcripto) reúne empresas, profissionais e instituições que constroem, no Brasil, uma das indústrias de ativos virtuais mais dinâmicas do mundo. O país é hoje o maior mercado de ativos virtuais do planeta, com quase 30 milhões de usuários, geração crescente de empregos qualificados e potencial comprovado para atrair investimento, ampliar a inclusão financeira e modernizar a gestão pública.

O ciclo eleitoral de 2026 é um momento decisivo para definir os rumos dessa indústria. As escolhas regulatórias, tributárias e institucionais que serão feitas pelo próximo Governo e Congresso Nacional terão impacto direto, positivo ou negativo, sobre a capacidade do Brasil de se manter na vanguarda da economia digital global. Por isso, a ABcripto apresenta este manifesto às candidaturas à Presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados, com o objetivo de convocá-las a assumir compromissos públicos e concretos com uma agenda de políticas para o setor de ativos virtuais, pautada por segurança jurídica, inovação responsável e competitividade internacional.

Os eixos a seguir sintetizam as prioridades que a ABcripto considera indispensáveis para que o Brasil consolide sua posição de liderança na economia de ativos digitais.

1. Fortalecer os órgãos de regulação e supervisão do mercado de ativos virtuais

A efetividade do novo marco regulatório depende da capacidade do Estado de fiscalizá-lo. A ABcripto defende a recomposição orçamentária e de pessoal do Banco Central, da CVM, do COAF e da Receita Federal, bem como o fortalecimento das estruturas especializadas da Polícia Federal. Esses recursos devem ser dedicados à supervisão das PSAVs autorizadas e à identificação de agentes que usam ativos virtuais para fins ilícitos. Esse reforço deve incluir investimento contínuo em ferramentas de análise on-chain e em infraestrutura tecnológica compatível com a velocidade de evolução do mercado. Supervisão bem equipada protege o consumidor, isola o mercado regulado dos maus atores e fortalece a confiança no setor.

2. Qualificar o setor público em ativos digitais e blockchain

A tecnologia blockchain já está presente em áreas como tributação, mercado de capitais, sistema financeiro e registros imobiliários, e tem potencial para modernizar a prestação de serviços públicos. A ABcripto defende um programa permanente de capacitação em ativos digitais e blockchain para a administração pública federal, com trilhas específicas por área. A implementação começaria pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e se estenderia a pastas como Saúde e Educação. A indústria pode contribuir com conteúdo técnico, projetos-piloto e cooperação institucional, respeitadas a independência dos órgãos públicos e a legislação de proteção de dados.

3. Preparar a sociedade para a economia de ativos digitais

O Brasil está entre os maiores mercados de ativos digitais do mundo, mas ainda forma poucos profissionais para essa economia. A ABcripto defende a integração da educação financeira e da formação em Web3 como política pública articulada. Isso envolve atualizar os currículos dos ensinos técnico e superior, criar programas de capacitação profissional e firmar parcerias formais entre a indústria e as instituições de ensino. O objetivo é que os talentos que impulsionarão esse mercado sejam formados no Brasil, para o Brasil, e que a população tenha mais condições de se proteger de fraudes e golpes.

4. Viabilizar novos modelos de negócio e aplicações da tecnologia

Com a regulamentação em vigor, o próximo ciclo normativo deve corrigir lacunas e permitir a expansão de serviços e negócios baseados em ativos virtuais e tecnologia blockchain. A ABcripto propõe avanços em três eixos:

- a garantia efetiva de segregação patrimonial entre as PSAVs e seus clientes, com previsão em lei;
- o reconhecimento jurídico e a validação do uso de smart contracts e funcionalidades nativas;
- o tratamento isonômico para as diversas aplicações da tecnologia, viabilizando seu uso em processos como registros públicos e pagamento de salários em ativos virtuais, por opção do trabalhador.

Regras claras e proporcionais ao risco protegem consumidores, dão segurança jurídica e consolidam o Brasil como jurisdição de referência para investimento internacional.

5. Um marco para stablecoins que preserve sua funcionalidade e internacionalize o real

As stablecoins são infraestrutura financeira com atributos próprios: liquidação em segundos, operação contínua e custo marginal reduzido. O marco brasileiro deve preservar essas características e assegurar a circulação e a interoperabilidade global tanto de stablecoins referenciadas em reais quanto das referenciadas em moeda estrangeira, em condições competitivas com outros instrumentos financeiros. A ABcripto defende um ambiente regulatório claro e tecnologicamente neutro, capaz de ampliar a presença internacional do real e a demanda por ativos brasileiros, inclusive títulos públicos, além de aprofundar a inserção do país nos mercados globais.

6. Promover competitividade tributária e segurança jurídica

O regime fiscal aplicável a ativos virtuais deve observar o princípio da capacidade contributiva efetiva: a incidência tributária deve ocorrer somente no momento da realização de renda em moeda fiduciária, não sobre conversões intermediárias entre ativos virtuais sem ingresso de liquidez. A tributação de operações ainda não liquidadas impõe ônus operacional de difícil cumprimento e desincentiva usos produtivos da tecnologia. A ABcripto defende ainda que quaisquer alterações nas regras tributárias do setor respeitem estritamente os princípios da irretroatividade, anterioridade e previsibilidade normativa, condições indispensáveis para a atração de capital e o desenvolvimento de novos modelos de negócio no país.

7. Estabelecer uma política nacional para ativos digitais sob gestão do Estado

O Estado brasileiro já acumula volume significativo de ativos virtuais apreendidos, sem uma política explícita de custódia, avaliação e destinação. A ABcripto defende que o governo federal estruture uma política formal para esse patrimônio, com regras de custódia segura, transparência e critérios de destinação. Propõe também estudos técnicos sobre a viabilidade de uma reserva soberana em ativos digitais, tema já em debate em jurisdições relevantes como instrumento de diversificação e proteção geopolítica. O objetivo é posicionar o Brasil de forma proativa no debate sobre soberania financeira digital.

ABcripto - Associação Brasileira de Criptoeconomia

São Paulo, setembro de 2026.